

A EDUCAÇÃO NO BRASIL: PROCESSO HISTÓRICO E INSERÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

[\[ver artigo online\]](#)

Flávia Cristina Gorni

Gabriela Schimaneski de Carvalho

RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica tem por objetivo traçar um panorama histórico do desenvolvimento da educação no Brasil e da consolidação da psicologia no âmbito da educação. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico com base em livros e artigos de periódicos, a fim de retomar importantes aspectos que contribuíram para a consolidação do sistema educacional atual, bem como para a origem de tantos problemas. Constatou-se que a educação no Brasil iniciou com a chegada dos jesuítas. O Marquês de Pombal trouxe ao Brasil uma ampla reforma que iniciou pela expulsão jesuítica. Esta reforma atingiu o panorama econômico, político e educacional, tanto em Portugal como em suas colônias. Uma das consequências dessa reestruturação foi o ensino tornar-se disperso e fragmentado, com aulas isoladas, ministradas por professores leigos e pouco preparados. Com a independência do Brasil, ocorreram melhorias em relação à educação brasileira. Foram criadas escolas que tinham como objetivo formar professores para a escolarização. O projeto educacional republicano visava à educação como meio de desenvolvimento intelectual e moral, com o objetivo de progresso do país. A educação deve ser considerada um direito de cada indivíduo e dever do Estado. Ao falar de Psicologia no âmbito da educação, geralmente, designa-se por escolar ou educacional. Na sua consolidação, a psicologia educacional estava em processo de definir melhor seu objeto de estudo, finalidades, métodos de investigação e conceitos primordiais. A psicologia desenvolveu-se no Brasil, sobretudo, para atender os problemas da educação e formação de professores. Atualmente, é evidente a necessidade da criação de espaços para a atuação do psicólogo nas escolas públicas. Entende-se que os problemas educacionais vigentes possuem raízes profundas que remetem ao processo de colonização do Brasil. Entende-se que a psicologia, na tentativa de compreender o seu papel, contribuiu significativamente para tais problemas.

Palavras-chave:

História da educação. Educação no Brasil. Psicologia escolar.



EDUCATION IN BRAZIL: HISTORICAL PROCESS AND INSERTION OF THE SCHOOL PSYCHOLOGIST

ABSTRACT

The aim of this bibliographical research is to provide a historical overview of the development of education in Brazil and the consolidation of psychology in the field of education. To this end, a bibliographical survey was carried out based on books and journal articles, in order to review important aspects that contributed to the consolidation of the current educational system, as well as the origin of so many problems. It was found that education in Brazil began with the arrival of the Jesuits. The Marquis of Pombal brought a wide-ranging reform to Brazil that began with the expulsion of the Jesuits. This reform affected the economic, political and educational landscape, both in Portugal and in its colonies. One of the consequences of this restructuring was that education became dispersed and fragmented, with isolated classes taught by lay and poorly prepared teachers. With Brazil's independence, there were improvements in Brazilian education. Schools were created to train teachers for schooling. The republican educational project aimed at education as a means of intellectual and moral development, with the goal of the country's progress. Education should be considered a right of every individual and a duty of the state. Psychology in education is generally referred to as school or educational psychology. In its consolidation, educational psychology was in the process of better defining its object of study, aims, research methods and concepts.

Keywords

History of education. Education in Brazil. School psychology.

INTRODUÇÃO

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum supera em importância e gravidade o encontrado na educação. Um dos motivos pelos quais persistem essa situação é a falta da aplicação de métodos científicos nos problemas de educação e, também, de determinação dos fins educacionais, no que diz respeito aos aspectos filosófico e social. Entende-se, atualmente, que a educação ocupa um status de reforma social e realiza-se pela extensão da escola sobre o indivíduo e deste sobre si mesmo. Trata-se de uma evolução contínua, favorecida e estimulada por todas as forças organizadas de cultura. Além disso, a educação varia de acordo com sua época e sociedade (AZEVEDO; TEIXEIRA; LEME, 2006).

Embora diferentes camadas sociais tenham opiniões divergentes sobre o que é essencial ao educando, a principal finalidade da educação está vinculado à visão de mundo, que é variável no tempo e espaço. A nova educação deve ser desligada dos interesses de classes, deixando de ocupar um lugar de privilégio, em virtude da condição econômica e social, a fim de se tornar um caráter biológico, em que é direcionado a todo indivíduo o direito de ser educado até onde permitam suas aptidões naturais (AZEVEDO; TEIXEIRA; LEME, 2006). Podem ser consideradas, no discurso de educação que pauta o ensino em fronteiras biológicas, as crianças portadoras de necessidades especiais.

A educação é um direito de cada indivíduo e é dever do Estado torná-la integral, viável e acessível a todos. A escola deve estar acima das crenças e disputas religiosas e a gratuidade encontra fundamento em um princípio igualitário que a torna disponível àqueles que a desejam. Conquanto deva haver obrigatoriedade da educação, o Estado possui o papel de criador de condições para que ela seja exercida, por meio de qualidade de ensino e número de escolas suficientes. Azevedo, Teixeira & Leme (2006) propõem uma reforma integral da organização e dos métodos de ensino. O conceito estático deve ser substituído pelo conceito dinâmico. É sabido que uma proposta de reforma em todos os níveis da educação encontra diversas dificuldades. No entanto, é necessário tempo para que uma nova proposta educacional percorra as camadas mais profundas da sociedade em sua totalidade (AZEVEDO; TEIXEIRA; LEME, 2006).

O objetivo desta pesquisa bibliográfica foi delinear um panorama histórico da educação e da consolidação da psicologia, no contexto educacional brasileiro. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico, por meio de livros e artigos de periódicos. Buscou-se, com isso, retomar marcos importantes sobre o processo de construção do sistema educacional, bem como a origem de tantos problemas, e o envolvimento da psicologia nesse contexto.

O histórico da educação, no Brasil, teve seu início quando o território ainda era uma colônia de Portugal. A chegada dos jesuítas foi o marco inicial para a educação, com a utilização de um método pedagógico para a formação de um bom cristão (FONSECA, 2006).

Retomando sua relação com a presença dos jesuítas, além de percorrer os cenários existentes a partir das reformas pombalina e da primeira república. Perpassou-se, também, por períodos políticos que auxiliaram na reflexão crítica a respeito da temática proposta. Além disso, discorreu-se sobre o desenvolvimento da psicologia no campo da educação, trazendo reflexões acerca do contexto histórico, da influência estadunidense nas diferentes nomenclaturas, do papel do psicólogo e das políticas públicas voltadas ao âmbito educacional. Por último, com o intuito de contextualizar a psicologia escolar na atualidade, foram trazidas discussões relacionadas ao projeto de lei XXX, o qual dispõe sobre a obrigatoriedade de psicólogos educacionais em escolas de ensinoX, da rede pública.

1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Nos primeiros 30 anos em que Portugal colonizou o Brasil, sua preocupação principal concentrava-se na extração de riquezas da colônia, a qual era considerada uma terra sem fé, sem rei e sem lei. Em 1549, quando os jesuítas - membros de uma ordem religiosa católica - desembarcaram em território brasileiro, com o intuito de dominar a riqueza, expandir o domínio imperial e semear a fé, propagou-se uma política voltada à construção de uma igreja com uma escola ao lado (FONSECA, 2006).

Considera-se que a educação no Brasil foi inaugurada com a chegada do jesuitismo, visto que, em seguida, vários ofícios foram estudados, além de ocorrer uma disseminação significativa das artes. A educação era pautada no *Ratio Studiorum*, um método pedagógico utilizado em todas as escolas, o qual era considerado muito organizado e eficaz. Nesse período, a educação era sinônimo de catequese e evangelização, e objetivava a formação de um homem perfeito: o bom cristão (FONSECA, 2006).

Com a chegada de Marquês de Pombal no Brasil, primeiro ministro de Portugal de 1750-1777, uma ampla reforma foi realizada, visando à reestruturação do panorama econômico, administrativo e educacional, em Portugal e em suas colônias.

A política colonial portuguesa aspirava à transformação de Portugal em uma metrópole capitalista, tal como a Inglaterra. Assim, a organização da exploração do Brasil, sua maior colônia, tornou-se primordial para alcançar seu objetivo (SECO; AMARAL, 2006).

A reforma educacional pombalina, pautada nas relações econômicas anglo-portuguesa, levou à expulsão jesuítica e a passagem do comando da educação para as mãos do Estado. Além disso, os bens que pertenciam aos jesuítas foram confiscados e todos os seus colégios foram fechados. Marca-se, aqui, o início de um ensino público e laico, em que um dos principais impactos negativos foi a transformação de uma sólida estrutura educacional em um ensino disperso e fragmentado, com aulas isoladas, ministradas por professores leigos e mal preparados. Essa foi considerada a primeira grande e desastrosa reforma realizada no ensino brasileiro, visto que trouxe um significativo retrocesso para o Brasil. Com as conhecidas 'aulas régias', o ensino tornou-se apenas um meio de atender a fins da ordem civil, além de alcançar somente as elites coloniais, diferente da educação jesuítica, em que o acesso à educação era previsto para todos (SECO; AMARAL, 2006).

Com a vinda da família real para o Brasil, a educação, em certa medida, foi tratada com mais interesse, o que gerou muitos avanços para a colônia, tal como a criação de instituições de ensino superior e de cursos renomados. Outras melhorias na educação brasileira foram implementadas com a independência do Brasil. A proclamação da frase "*instrução primária é gratuita para todos os cidadãos*" fez emergir interessados em formas de se implementar a educação popular. Assim, foram criadas as escolas de primeiras letras, que se propunham atender à crescente demanda profissional: à medida que escolas eram criadas, surgiam demandas voltadas à formação de professores (NASCIMENTO; LOMBARDI; SAVIANI, 2006).

Apesar dos esforços para a implementação de uma educação pública gratuita, o ensino era falido e muito precário. A responsabilidade por esse cenário era depositada nos municípios, por má administração; nos professores, por desleixo; e nos alunos, por vadiagem. Todavia, existia um abandono por parte do poder público, além de não haver a provisão de recursos, tais como materiais e livros. Ademais, havia uma alta exigência de qualificação, incompatível com as condições reais dos professores, que recebiam baixíssimos salários.

O colégio Dom Pedro II, considerado o melhor do país, foi umas das escolas criadas para a formação de professores visando à educação das elites. Embora existisse a lei que assegurava educação para todos, na prática, apenas a elite era favorecida, visto que não existiam professores, nem escolas suficientes (NASCIMENTO; LOMBARDI; SAVIANI, 2006).

Trata-se, aqui, de um cenário semelhante ao vivenciado no contexto da educação na atualidade. Ainda hoje, não há um número de escolas suficiente para abranger toda a demanda voltada à educação, além de o ensino ser banalizado, com salas superlotadas e estruturas precárias.

No início da primeira república, a situação da educação no Brasil ainda era desastrosa e guardava sérias consequências na participação política. Os analfabetos eram impossibilitados de votar, em um país que praticamente não tinha escolas, favorecendo uma realidade em que apenas 6% da população possuía o direito ao voto. No período entre 1889 a 1925, foram realizadas muitas tentativas de reformas educacionais, com a finalidade de estruturar o ensino primário e secundário. Diversos grupos escolares foram criados, o que alterou drasticamente a história do ensino público primário no Brasil. Um ensino seriado foi proposto, por meio de projetos de organização curricular e administrativa. Os alunos eram colocados homogeneamente, sob a orientação de um único professor, e novas formas de poder foram criadas estabelecidas nas escolas, como o cargo de diretor escolar. O projeto educacional republicano almejava promover mudanças inovadoras no ensino primário, produzindo uma nova cultura escolar. A educação passou a ser um meio de desenvolvimento intelectual e moral, que proporcionaria o progresso do país. Não obstante, mais uma vez, a quantidade de escolas criadas não correspondia à crescente demanda pela educação (CLARK, 2006).

2 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A Psicologia, no âmbito da educação, frequentemente, é denominada Psicologia Escolar ou Psicologia Educacional. Há, portanto, indefinição quanto à identidade desse campo de atuação. Isso porque, a psicologia voltada a essa área do saber passou por diversos processos de transformação conceitual, os quais impactaram em sua identidade. No entanto, uma análise histórica aponta que as diferentes terminologias não se devem meramente a uma escolha de nomenclaturas que designam o mesmo fenômeno.

Os termos e suas distinções debruçam-se em um sentido histórico e estão relacionados, especialmente, à definição de um campo de atuação, no que se refere aos objetos de interesse, às finalidades e aos métodos de investigação e/ou intervenção.

Estes, por sua vez, são pensados a partir de uma visão de homem, de mundo, de sociedade, de educação e de escola e, também, a partir do foco de olhar dado à interface Psicologia e Educação (BARBOSA; SOUZA, 2012).

A Psicologia Educacional e da Educação, consideradas sinônimos, são subáreas da Psicologia e dispõem-se à *teorização*, isto é, à elaboração de saberes psicológicos relativos ao processo educativo. Já a Psicologia Escolar refere-se à *prática*, ao campo de atuação profissional em espaços educativos ou associados a esse contexto. Além disso, possui embasamento nos conhecimentos produzidos pela Psicologia da Educação e por outras subáreas da Psicologia, bem como por diversas outras áreas de conhecimento. Ambas são, portanto, intrinsecamente ligadas, mas, não idênticas, visto que cada uma preserva sua autonomia relativa (BARBOSA; SOUZA, 2012).

As diferenciações de nomenclatura devem ser compreendidas por meio de um contexto histórico, visto que a cisão entre *teoria* e *prática* é encontrada, antes, na história da consolidação da Psicologia, como área de conhecimento e, posteriormente, na Psicologia Educacional e Escolar. Isso é devido, principalmente, à influência dos Estados Unidos, em virtude de ter sido neste país o surgimento, pela primeira vez, do termo “*Educational Psychology*”, seguido da criação da primeira revista na área temática intitulada “*Journal of Educational Psychology*”, em 1910. A *American Psychological Association* (APA), organização científica e profissional que congrega os profissionais dos Estados Unidos e de países associados, preserva as duas divisões para a área temática da Psicologia, no âmbito da Educação. A Psicologia Educacional e Escolar, em diversos países, aparecem como associadas, embora sejam dois ramos distintos. Conquanto os termos estejam conectados, na prática, há dificuldade em dimensionar a questão (BARBOSA; SOUZA, 2012).

A divisão clássica e, atualmente, tradicional é bastante propagada por alguns teóricos e profissionais que preservam a visão de que a Psicologia Educacional deve ser responsável pela teorização, assim como pelas pesquisas, e a Psicologia Escolar pela prática. Não obstante, por meio de uma retrospectiva histórica, é possível constatar que o termo “Psicologia Educacional”, por muitos anos, reunia em si tanto o aspecto *teórico* como *prático*, no Brasil.

Em diversos países, a Psicologia Educacional e Escolar só se firmou após a consolidação da Psicologia como ciência, sendo, portanto, uma derivação dessa área do saber.

Entretanto, no Brasil, ambas se consolidaram concomitantemente, sendo o campo educativo um dos primeiros setores em que se realizou a aplicação prática dos conhecimentos psicológicos. A Psicologia Educacional e Escolar foram um dos principais pilares que deram sustentação ao processo de autonomização da Psicologia, tendo diversas práticas iniciais inauguradas por meio de sua atuação no campo da Educação (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Dados históricos apontam que, antes mesmo da influência de estudos norte-americanos, mais precisamente, desde o período colonial, já era possível encontrar conhecimentos psicológicos sendo amplamente utilizados, pelos jesuítas. Nesse período, o papel da educação era a escolarização dos indígenas e dos recém-chegados ao Brasil. Objetivava-se “moldar” e “dominar” os aprendizes, consoante com os propósitos dos adultos. Fazia-se o uso de castigos e prêmios, como forma de se controlar comportamentos, visto que buscava-se a educação moral e física. Posteriormente, os conhecimentos psicológicos, no contexto educativo, começaram a ser utilizados promovendo punição, correção e adaptação (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Durante sua consolidação, a Psicologia Educacional estava em processo de definir melhor seu objeto de estudo, finalidades, métodos de investigação e conceitos primordiais. Inicialmente, abarcava tanto teoria quanto prática, na disciplina de Psicologia Educacional dos cursos normais. A Psicologia e a Psicologia Educacional buscavam estruturar conhecimentos com contribuições de outros campos de saber. Até hoje, utilizam-se termos de outras áreas, tais como anamnese e diagnóstico, que originam do campo médico. A Psicologia Educacional, então, voltou-se para a formação de novos educadores e uma de suas atribuições era diagnosticar crianças, baseando-se em um critério de normalidade, criando a demanda de escolas especiais (BARBOSA; SOUZA, 2012).

A escola nova, movimento que visava à renovação do ensino, na primeira metade do século XX, propagava o mito da igualdade de oportunidades. Por meio de testes psicológicos e conhecimentos sobre inteligência, maturidade e prontidão de aprendizagem, negava-se as diferenças de classe e culpabilizava-se o indivíduo por suas condições, ocultando, portanto, as desigualdades sociais. Nesse cenário, a psicologia propunha-se a analisar o desenvolvimento infantil e mantinha como foco a adaptação dos sujeitos.

Por volta dos anos 70, o foco da psicologia concentrou-se na chamada criança-problema, aquela que apresenta dificuldades de aprendizagem.

Nesse período, predominava o modelo clínico-médico, como forma de investigação dos processos “anormais”, contribuindo para a psicologia concentrar-se no ajustamento das crianças ao meio social (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Nessa época, ocorreu a promulgação da lei nº 5.692/71, que visava a ampliar e efetivar a expansão da escolaridade obrigatória e gratuita, o que promoveu mudanças significativas no contexto escolar. Uma delas foi o aumento de alunos provenientes das mais diferentes realidades socioculturais e, com isso, surgiram dificuldades de adaptação ao sistema da nova realidade, tanto em relação a infraestrutura das escolas, quanto em termos de concepções e metodologias de aprendizagem adequadas ao novo cenário. A psicologia recebeu o reconhecimento de detentora de um saber que poderia explicar o fracasso escolar e, portanto, foi designado ao psicólogo a missão de solucionar queixas escolares, especialmente, por meio do atendimento ao aluno. Aqui, ainda não se considerava como relevante para a compreensão das dificuldades de aprendizagem os aspectos mais abrangentes, como a interação professor-aluno em sala e divergentes estratégias de ensino (BARBOSA; ARAÚJO, 2010).

A psicologia desenvolveu-se, no Brasil, principalmente, com o objetivo de atender aos problemas da educação e à formação de professores. Para tanto, laboratórios de psicologia foram criados e as pesquisas voltaram-se ao aluno com dificuldade. No século XX, passou a assumir um caráter apenas remediativo e voltado a tratar os problemas de ensino, desenvolvimento e aprendizagem. Esse cenário justifica-se pela influência da medicina e pela consolidação de uma atuação clínica nos contextos educacionais, em que se privilegia o enfoque psicométrico, por meio da avaliação da prontidão escolar, da organização de classe para alunos especiais, diagnósticos e dos encaminhamentos para serviços especiais (BARBOSA; ARAÚJO, 2010).

Em 1980, começaram a surgir críticas quanto ao foco de estudo centrar-se na criança, no educando e no desenvolvimento individual. Com isso, começaram a se desenvolver mudanças em relação ao objeto de interesse, às proposições das finalidades e, também, aos métodos e técnicas de atuação nesse contexto. O psicólogo escolar passou a auxiliar na busca pela compreensão das origens e raízes do processo de escolarização e de suas diferentes facetas, além de atuar junto ao aprendiz, aos docentes, aos familiares, à escola, visando à educação como um todo (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Essa trajetória histórica mostra a necessidade de criação de espaços para a atuação do psicólogo em escolas públicas, com profissionais engajados no combate à violência dentro do ambiente escolar, mantendo, assim, o compromisso com a discussão sobre a política educacional. Outro fator de relevância é o constante questionamento sobre as formas como a atuação psicológica poderia contribuir com a investigação de situações de sofrimento e segregação de pessoas portadoras de necessidade especiais (BARBOSA; ARAÚJO, 2010).

No cenário atual, a Psicologia Escolar vivencia uma nova fase, a qual é marcada pelo desenvolvimento de pesquisas e intervenções que focam na formação do psicólogo para atender às demandas escolares. Existem modelos de atuação que se baseiam na resignificação de concepções e práticas, os quais vislumbram uma perspectiva preventiva, institucional, relacional e socialmente engajada. Em virtude da mudança de paradigmas, essa área de atuação vem sendo compreendida como campo de pesquisa e intervenção, em que o psicólogo escolar deve mediar processos de aprendizagem e desenvolvimento. Estes são favorecidos ao se considerar os seguintes aspectos na realização da prática profissional: garantia de qualidade e efetividade das mediações voltadas ao processo de ensino e aprendizagem; promoção de espaços e processos de reflexão crítica, conscientização e resignificação relacionados aos papéis e às práticas de agentes educacionais, familiares, comunidade escolar; contribuição para o desenvolvimento e/ou a mobilização de competências dos envolvidos no processo de escolarização (CAVALCANTE; AQUINO, 2019).

3 PSICOLOGIA ESCOLAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

A atividade do psicólogo, no contexto escolar e educacional, é regulamentada por diversos dispositivos, tais como a lei nº 4.119/1962 e a Resolução CFP nº 013/2007. Esta é responsável pela criação da especialidade de Psicólogo Escolar/Educacional, no Brasil, ao qual é atribuída a função de realização de pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva, em grupo e individualmente. Em sua análise e intervenção, devem ser considerados os diversos segmentos do sistema educacional que sejam participantes do processo de ensino-aprendizagem. Aquela dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo, tornando função privativa desse profissional o uso de métodos e técnicas psicológicas, com objetivos psicopedagógicos.

A profissão de Psicólogo Educacional também pode ser encontrada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 2515-05: Psicólogo educacional, Psicólogo da educação, Psicólogo escolar (BRASIL, 1962; CFP, 2007; BRASIL, 2003).

Em 2018, o Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR), por meio da Comissão de Psicologia Escolar e da Educação, redigiu um manifesto - “Quem está faltando na escola? A(O) Psicóloga(o) Escolar!” –, a fim de convocar a categoria profissional para reivindicar a inserção e a consolidação da atuação do psicólogo nas escolas públicas, por meio da criação e implementação de projetos de lei relacionados à Psicologia e à Educação.

O conselho enfatiza que o profissional, em contextos escolares e educacionais, deve acolher as demandas tendo em vista a superação de queixas individuais, as quais estigmatizam e discriminam os processos educacionais e psicossociais. Dessa forma, o aluno deve ser visto como um sujeito relacional, e não dotado de problemas que o distanciam do sistema relacional família e escola. De acordo com o manifesto, a maior parte dos problemas enfrentados pelos educadores é produzido pela inter-relação entre os atores implicados no processo educativo, desvelada pela realidade escolar. Nesse caso, o psicólogo poderia compreender e desenvolver ações específicas que facilitassem um melhor arranjo entre aqueles envolvidos no processo educacional: pais, alunos, professores, equipe técnica e direção. Isso seria possível, consoante com o manifesto, por meio da perspectiva de uma educação para todos e de uma sociedade democrática. De acordo com o conselho, faz-se mister a inclusão de psicólogos nas políticas de educação, a fim de proporcionar uma atuação em equipe inter e multidisciplinar, com as quais serão desenvolvidas intervenções que possam aprimorar o enfrentamento das expressões da questão social e da educação medicalizada. A Psicologia ocupa um papel fundamental no contexto escolar e educacional, pois contribui para a construção de um processo de ensino e aprendizagem de melhor qualidade e para a formação de seres humanos comprometido com os princípios da solidariedade e da paz, possibilitando a consolidação de uma cidadania crítica, criativa e fraterna (CRP-PR, 2018).

Em 2019, O Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e a Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI) emitiram um manifesto em favor à sanção Projeto de Lei nº 3688 de 2000, que prevê a inserção de serviços de psicologia e de serviço social, nas redes públicas de educação básica.

Por meio do manifesto, são apresentadas reflexões sobre as dificuldades no contexto educacional. A função da educação é descrita como aquela que desenvolve condições indispensáveis para a vida cidadã, valores de convivência em sociedade, habilidades laborais e conhecimentos fundamentais para estudos futuros (CFP; ABRAPEE; ABEP; FENAPSI, 2019).

Embora haja polarização em discussões, divergências de ideias e disputas políticas entorno da temática, um entendimento comum mostra-se presente, de acordo com o manifesto: a educação de qualidade, sobretudo na Educação Básica, é a principal alternativa que poderá conduzir a redução das mazelas que assolam o país. O Sistema Educacional é compreendido como um espaço institucional que espelha os problemas da sociedade ao qual está incorporado, principalmente no que diz respeito a crianças e adolescentes, visto que se constitui para eles o contato mais próximo com o Estado (CFP et al., 2019).

No ambiente escolar, crianças e adolescentes têm acesso ao conhecimento acumulado e valorizado pela sociedade, à diversidade de vivências, histórias e culturas. Surgem, ademais, situações que promovem o desenvolvimento de suas habilidades de aprendizagem e que, muitas vezes, os colocam de frente com dificuldades e desafios. É, também, na escola que as crianças e adolescentes terão contato com preconceito, discriminação e diversas formas de violência. Sendo assim, o ambiente escolar pode, também, ser lugar de proteção e de potencialidade, ao acolher e oferecer um espaço de expressão de dor para aqueles que sofrem abusos e violências, no âmbito doméstico, possibilitando o auxílio e a proteção a que têm direito. A escola, bem como seus agentes envolvidos - docentes e outros funcionários -, são, não raramente, lançados a situações que envolvem questões sociais complexas, as quais diferem de sua área de formação e ultrapassam suas competências pedagógicas. Tal realidade indica a necessidade de a rede de ensino considerar outras questões fundamentais, que vão além do rendimento acadêmico. Torna-se essencial que a rede de ensino seja aprimorada com as contribuições de outras áreas do saber, tais como a Psicologia e do Serviço Social (CFP et al., 2019).

Outro fato importante enfatizado no manifesto é as relações intra-escolares que são marcadas pelo preconceito e pela discriminação, afetando o equilíbrio emocional e a conduta dos estudantes. O processo denominado *bullying*, por exemplo, está associado ao modo como as diferenças e diversidades são vivenciadas no palco escolar. Na cultura escolar predominante, características físicas, como peso, cor e gênero tornam-se alvo de brincadeiras e humilhações.

Além dessas, o bairro em que se mora, o celular que se usa e a prática religiosa podem se tornar motivos de zombarias. No entanto, não se trata de apontar apenas vítimas e vilões, já que, de uma forma mais ampla, alunos que sofrem preconceitos podem, também, tornar-se assediadores de professores e vice-versa. No manifesto, o CFP, a ABRAPEE, a ABEP e a FENAPSI ratificam a importância de que exista uma lei que garanta o ingresso da Psicologia e do Serviço Social, nas redes de educação básica. Assim, será possível vislumbrar uma qualificação do aprendizado e um fortalecimento da qualidade de vida de todos os agentes envolvidos no ambiente escolar (CFP et al., 2019).

Em dezembro de 2019, o PL 3688/2000, que tramitou por 19 anos na Câmara dos Deputados, foi transformado na lei nº 13.935 de 11 de dezembro, e as redes públicas de educação básica passaram a contar com uma lei que garanta os serviços de Psicologia e de Serviço Social, a fim de “atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais”, lançando um novo desafio para sua implementação (BRASIL, 2019).

4 PSICÓLOGO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, dispostas na Resolução CNE/CES 5/2011, a educação é abordada, na alínea b, como um dos campos de atuação voltado à Psicologia e Processos Educativos, a partir da seguinte descrição:

(...) compreende a concentração nas competências para diagnosticar necessidades, planejar condições e realizar procedimentos que envolvam o processo de educação e de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de indivíduos e grupos em distintos contextos institucionais em que tais necessidades sejam detectadas.

Em seu manifesto em apoio ao PL 3688/2000, o CFP, a ABRAPEE, a ABEP e a FENAPSI discorrem sobre as diversas possibilidades de atuação do psicólogo em ambientes escolares, levando em consideração que a Psicologia é voltada para a área da saúde, mas, também, para a educação e para o trabalho.

Sendo assim, essa área do conhecimento contribui para a relação entre profissionais e estudantes, entre a escola e a comunidade, entre o Projeto Pedagógico e as diferentes particularidades estudantis, entre os conteúdos programáticos e o aprendizado, também, entre a gestão e o clima organizacional. O psicólogo atuante na educação volta-se à diversas ações: análise, intervenção, educação e pesquisa dos processos de ensino-aprendizagem, tendo em vista as características do corpo docente, do currículo, das normas da instituição, do material didático, do corpo discente e dos demais envolvidos no sistema educacional (CFP et al., 2019).

É importante que, durante sua atuação, o psicólogo escolar pautar-se em ações e estratégias com foco em aspectos preventivos, tais como incentivo para construção de procedimentos de ensino diversificados e para a reflexão e conscientização de funções, papéis e responsabilidades daqueles que estão em constante interação no contexto escolar. A promoção de saúde, como estratégia fundamental, busca o desenvolvimento global, estimula as competências e média a integração junto à comunidade.

Para isso, o psicólogo deve ampliar o atendimento para além da criança e do adolescente, e construir uma visão sistêmica sobre os mais variados atores sociais, envolvidos com a escola. Uma abordagem ecológica de atuação, em que se visa ao bem-estar subjetivo, permite aos alunos a possibilidade de sucesso em suas atividades, o que poderia levar à diminuição da violência, do fracasso escolar, da gravidez na adolescência, assim como outros comportamentos incompatíveis com o desenvolvimento saudável (PEREIRA-SILVA; ANDRADE; CROLMAN; MEJÍA, 2017). O psicólogo na rede educacional, por meio de ações próprias de sua área do conhecimento, pode proporcionar o desenvolvimento de práticas de superação da cultura do medo e do preconceito e promover discussões respeitadas, bem como espaços de diálogo, de interação e de acolhimento (CFP et al., 2019).

É essencial que, em todas as suas ações, sejam consideradas as condições histórico-sociais que atravessam a transmissão e a apropriação dos conhecimentos. O psicólogo, atuando em equipe, pode colaborar com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação e reformulação de currículos, projetos pedagógicos, políticas educacionais e, também, no desenvolvimento de novos procedimentos educacionais.

Contribui, também, com análise dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento, a fim de se construir, ao lado da equipe pedagógica, programas especiais de ensino que, por meio de mediações diferenciadas, facilitem a apropriação dos conteúdos curriculares, pela diversidade de alunos: pessoa com deficiência, com altas habilidades ou superdotação, com transtornos mentais ou com dificuldades de aprendizagem. Visa-se, com isso, ao melhor desenvolvimento cognitivo e afetivo dos estudantes, de acordo com as necessidades individuais (CFP et al., 2019).

Em equipe interdisciplinar, o psicólogo trabalha para agregar seus conhecimentos aos saberes das variadas profissões relacionadas à educação. Aplica conhecimento psicológicos, com foco no processo ensino-aprendizagem, no desenvolvimento humano, nas relações interpessoais e na integração família-comunidade-escola. No âmbito administrativo, contribui com análise e intervenção sobre as relações estabelecidas no ambiente escolar, buscando alcançar os objetivos educacionais. Além disso, oferece serviços de orientação profissional, com o intuito de auxiliar no processo de escolha da profissão, e promove reflexões relacionadas à compreensão da relação homem e trabalho (CFP et al., 2019).

CONCLUSÃO

A partir do exposto, entende-se que os problemas educacionais vigentes possuem raízes profundas que remetem ao processo de colonização do Brasil. Entende-se que a psicologia, na tentativa de compreender o seu papel, contribuiu significativamente para tais problemas.

As reflexões geradas a partir do desenvolvimento deste levantamento bibliográfico explicita a necessidade de as pesquisas na área da educação, realizadas pelos profissionais de diversas áreas de conhecimento, incluírem mais fortemente em suas reflexões o processo histórico da educação no Brasil que, de forma alguma, se desvincula aos problemas atuais. Pensa-se que o panorama histórico pode enriquecer as discussões sobre diretrizes a serem tomadas, visando solucionar os problemas educacionais.

Compreende-se que não são respostas fáceis, pois demandam muitas medidas de diversas esferas.

Entretanto, em virtude dos rumos que a educação tem tomado, principalmente a educação pública, são questões pertinentes que devem ser problematizadas e trazidas a discussão constantemente e de forma ampla, buscando melhores caminhos para a educação no Brasil.

A procura pela ressignificação das compreensões de intervenção e dos métodos do psicólogo escolar, visando à realização de um serviço que busque trabalhar na reflexão ao invés da remediação das dificuldades de aprendizagem, auxilia transformando o meio escolar em lugar de valorização do ser humano, responde a questionamentos e reduz os incômodos. Entretanto, abre lugar a novos desafios para a história da psicologia escolar.

Diante dessas considerações, é possível perceber que há tensões intrínsecas e extrínsecas à escola que se resvalam na qualidade de ensino e na capacidade de se formar de modo integral alunos para a sociedade como um todo. Sendo assim, torna-se mister o desenvolvimento de políticas públicas na área da psicologia que visem à superação de sofrimento, medo, angústia e raiva, no contexto escolar. Essas podem promover uma verdadeira profilaxia contra a violência no ambiente escolare contra os malefícios de saúde mental, laboral e social emergidos de um ambiente aversivo e insalubre.

A ação do psicólogo escolar trará benefícios preventivos relacionadas à saúde mental de todos os implicados no processo de ensino e, do mesmo modo, poderá produzir impactos benéficos para a vida em sociedade como um todo. O psicólogo compreenda a importância da integração de seu trabalho com outros sistemas que influenciam o desenvolvimento da criança, especialmente, a família, a escola e a comunidade

(a) investigar e acompanhar de perto as demandas institucionais; (b) trabalhar em conjunto com os demais agentes escolares; (c) desenvolver um trabalho preventivo; (d) favorecer e potencializar processos de desenvolvimento e aprendizagem; (e) promover ações conscientes, competentes, comprometidas e transformadoras.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. et al. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**: a reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

BARBOSA, D. R.; SOUZA, M. P. R. D. Psicologia educacional ou escolar? Eis a questão. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, SP, v. 16, n. 1, p. 163-173, jan/jun. 2012. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/18.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2020.

BARBOSA, R. M.; ARAÚJO, C. M. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas; **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, SP, v. 27, n. 3, p. 393-402, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000300011>. Acesso em 20 mar. 2020.

BRASIL, **Lei nº 13.935**, de 11 de Dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm>. Acesso em: 10 de abr. de 2020

BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm>. Acesso em: 10 de abr. de 2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução, N. 5, de 15 de março de 2011**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília, DF. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 de abr. de 2020

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. Brasília, DF. 2002.

CAVALCANTE, L. A.; AQUINO, F. S. B. Práticas Favorecedoras ao Contexto Escolar: Discutindo Formação e Atuação de Psicólogos Escolares. **Psico USF**, v.24, n., p. 119-130, jan/mar. 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712019000100119>.

Acesso em: 10 de abr. de 2020.

CLARK, J. U. (2006). A primeira república, as escolas graduadas e o ideário do iluminismo no campo da história da educação. **HISTEDBR**, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_primeira_republica_intro.html>.

Acesso em: 20 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 013 de 4 de setembro de 2007**. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Disponível em: <http://www.crsp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_013-07.aspx>. Acesso em: 10 de abr. de 2020

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ESCOLAR (ABRAPEE); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA (ABEP); FEDERAÇÃO NACIONAL DE PSICÓLOGOS (FENAPSI). **Manifesto pela sanção do PL 3688/2000**. 23 set, 2019. Disponível em: <<https://abrapee.files.wordpress.com/2019/10/manifesto-pela-sanc3a7c3a3o-do-pl-3688-2000-1.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. de 2020.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ (CRP-PR). **Quem está faltando na escola? A(o) psicóloga(o) escolar!**. [2018]. Disponível em: <<https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Manifesto-Psicologia-Escolar-e-da-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. 2020.

FONSECA, S. M. A hegemonia jesuítica (1549-1759). **HISTEDBR**, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_jesuitico_intro.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

NASCIMENTO, M. I. M. O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889). **HISTEDBR**, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PEREIRA-SILVA, N. L. et al. O papel do psicólogo escolar: Concepções de professores e gestores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 407-415, set/dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n3/2175-3539-pee-21-03-407.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. de 2020

SECO, A. P.; AMARAL, T. C. I. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. **HISTEDBR**, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.